



CONTY A-CORRENTE

A análise da conjuntura econômica na visão e linguagem do sindicalismo classista e dos movimentos sociais

Boletim quinzenal de conjuntura econômica do ILAESE

Ano 02, Nº 17 - 8 de Março de 2012

O 8 de Março e o Governo Dilma

Ao que parece, as mulheres não são mesmo prioridade no governo Dilma. Apesar de todo o discurso e do tema ter sido uma das principais bandeiras de campanha da então candidata, o balanço do seu primeiro ano de mandato no que toca às políticas para as mulheres deixa (e muito) a desejar.

Por Érika Andreassy e Camila Lisboa

Se consideramos apenas duas de suas promessas de campanha, a construção de 6 mil creches até 2014 e o Programa Rede Cegonha, já teríamos muito pouco a comemorar, mas isso é apenas parte do problema.

Dilma Rouseff, primeira mulher eleita presidente do Brasil, e que gerou amplas expectativas no movimento feminista, pouco ou nada fez para melhorar a vida das mulheres trabalhadoras desse país.

Corta verbas do orçamento, prioriza o pagamento da dívida em detrimento das políticas sociais e a concentração de renda, longe de diminuir, faz aumentar.

Nesse 8 de março, Dia Internacional de Luta das Mulheres, o Contra-Corrente traz um balanço do primeiro ano de mandato da Presidente e conclui que, apesar do compromisso assumido, as metas para a redução da desigualdade de gênero não vem sendo cumpridas.

A implementação de política para as mulheres tem esbarrado num obstáculo nada pequeno, a falta de verbas públicas.

Recursos, aliás, que vem sendo sistematicamente desviado para o pagamento da dívida.

E que ter uma presidente do sexo feminino não é garantia de melhoria para as mulheres; ao contrário, a única forma de conquistar a igualdade de direito para homens e mulheres é através da luta.

Onde estão as creches que a Presidente prometeu?

Compromisso assumido por Lula em 2008 no *II Plano Nacional de Política para as Mulheres*, a ampliação da rede de creches foi uma das principais bandeiras de campanha da então candidata Dilma Rousseff.

A promessa foi de construir 6 mil novas creches até 2014 (1,5 mil por ano, conforme meta fixada pelo próprio governo), com previsão de investimento de R\$ 7,6 bilhões através do PAC 2.

Ainda em março de 2011, a presidente fez a entrega simbólica de 54 unidades e firmou termo de compromisso para erguer mais 718.

Entretanto, passados exatos 12 meses do lançamento do projeto, o balanço da construção de novas creches não é nada animador.

Segundo matéria publicada pelo jornal O Estado de São Paulo em sua edição de 29/01/2012, dos R\$ 2,3 bilhões empenhados pelo FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação), apenas R\$ 383 milhões (ou pífos 16% do total)

foram liberados. Pior, até agora, nenhuma obra foi concluída.

Déficit de creches

Segundo estudo do ILAESE, 80% das crianças de 0 a 3 anos estão fora de um estabelecimento de educação infantil (CONTRA-CORRENTE No. 12, de 1º de Novembro de 2011).

Ou seja, são 8,2 milhões de crianças fora da escola, apenas desta faixa etária.

Todo ano é a mesma história, mães de crianças de até 5 anos de idade enfrentam as maiores dificuldades para conseguir uma vaga para seus filhos.

Só na capital paulista, mais de 174 mil crianças esperavam por uma vaga na rede pública em 2011.

Em Belo Horizonte, nem a Secretaria Municipal de Educação conhece o número do déficit de vagas. Estimava-se que seja de 30 mil, mas esse número pode ser bem maior.

Sem creche, sem trabalho

A falta de creches afeta principalmente as mulheres de baixa renda e que precisam trabalhar.

Muitas são obrigadas a deixar seus filhos sob guarda precária e outras terminam abandonando o emprego por não ter com quem deixá-los.

Não é por outro motivo que creches hoje é o principal problema para uma mulher arranjar um emprego ou manter-se nele. •

Desocupação do Pinheiro e a violência contra as mulheres

O sol nem havia raiado ainda quando, em 22 de janeiro, as centenas de mulheres moradoras da ocupação do Pinheirinho foram surpreendidas pela ação brutal de desocupação ilegal efetuado pela polícia repressora de Alckmim.

A desocupação não poderia significar um ato de violência maior contra essas mulheres. Para além da humilhação, sofrimento, ameaça de perder a guarda dos filhos, violência física por parte dos policiais com casos de abuso sexual, muitas tiveram como consequência a perda do emprego. As mulheres são as que mais sofreram com a desocupação do Pinheirinho, pois perderam muito mais que suas casas, perderam seu direito a uma existência digna. Mas, novos Pinheirinhos já estão surgindo.

SEM CRECHE

8,2 milhões de crianças estão fora das creches.

Creches prometidas pelo governo Dilma

6 mil

Creches entregues até março de 2012

54

Rede Cegonha: um claro retrocesso

O Programa Rede Cegonha, outra das bandeiras de campanha da presidente Dilma, foi lançado em março de 2011 com o objetivo principal de reduzir a mortalidade materna no país, cujos índices são de 65 para cada 100 mil parturientes.

As mulheres são 75% dos usuários do SUS e a mortalidade materna é uma das maiores razões de morte entre elas.

Entretanto nem a portaria nº 1.459, que formalizou a Rede Cegonha, nem a MP 557/11 que trata do Sisprenatal fazem referência à questão do aborto, considerada a quarta principal causa de morte entre gestantes no Brasil.

O próprio Ministério da Saúde, em sua Norma Técnica de Atenção Humanizada ao Abortamento (2010), estima em mais de um milhão por ano o número abortos induzidos, dos quais cerca de 200 mil resultam em internação devido a complicações no procedimento.

Fechar os olhos para esses números é criminoso e qualquer política

séria de saúde para as mulheres teria de levar isso em consideração, sobretudo quando já existem estudos que comprovam queda desses índices em países “onde o aborto já é seguro e descriminalizado”, segundo a mesma Norma Técnica.

Retrocesso na Política de Saúde

Além disso, o Rede Cegonha é um claro retrocesso à Política Nacional de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PNAISM, 2004), atualização do Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM, 1984) e cuja proposta trouxe os novos conceitos da saúde formulados pelo movimento feminista, há cerca de 30 anos.

A própria Lei nº 11.108/05 garante o direito de acompanhamento pré-natal, parto e puerpério e, portanto, bastaria reforçar o PNAISM para se garantir uma atenção de qualidade à mulher, seja ela gestante ou não.

Por outro lado, a MP 577/11 que institui o Sistema Nacional de Cadastro, Vigilância e Acompanhamento da Gestante e

Puérpera para Prevenção da Mortalidade Materna prevê a divulgação da lista de nomes de beneficiadas com o auxílio-transporte, cuja intenção é a de evitar que mulheres deixem de realizar exames de pré-natal ou tenham dificuldade de chegar até os hospitais no momento do parto, por falta de recursos.

A lista de todas as mulheres grávidas ficará disponível em um banco para possível consulta, isso pode aumentar o grau de controle sobre as mulheres e dar margem à aprovação do Estatuto do Nascituro.

Atualmente, o Estatuto aguarda parecer da Comissão de Finanças e Tributação e considera que o feto, desde sua concepção, tem direito à vida e “veda ao Estado ou a particulares causar dano ao nascituro em razão de ato cometido por qualquer de seus genitores”.

É uma clara política anti-aborto e vai contra uma das principais bandeiras de luta do movimento feminista brasileiro, o da descriminalização e legalização do aborto. ●

O movimento feminista em xeque: apoio ao governo ou independência de classe?

Apesar de mulher, é claro que a presidente Dilma não prioriza uma política de igualdade de direitos para as mulheres trabalhadoras.

O problema maior é que a principal direção do movimento de mulheres, a Marcha Mundial de Mulheres, apoia incondicionalmente a presidente e limita-se a fazer críticas pontuais.

Atua com uma clara política de conciliação de classes, quando deveria manter sua independência.

Nesse sentido, o Movimento de Mulheres em

Luta (MML) tem se mostrado como uma alternativa de direção para as mulheres, pois organiza as trabalhadoras, apontando que a saída fundamental para os problemas das mulheres é a luta pela revolução socialista.

Cortes no Orçamento e ataque ao Funcionalismo Público: A Grécia é aqui

Mais uma vez, o governo federal anunciou um megacorte de R\$ 55 bilhões no orçamento de 2012, valor 10% maior do que o já estratosférico bloqueio no orçamento de 2011 e que atinge em cheio áreas sociais.

O objetivo do corte é atingir R\$ 140 bilhões de superávit primário, ou seja, reservar recursos para o pagamento da dívida pública.

Como se já não fossem mínimos os recursos para as áreas sociais, o governo passa a tesoura cortando mais recursos destas áreas.

Conexão Brasil-Grécia

Além disso, o governo tem atacado sistematicamente os funcionários públicos.

Já em 2011, segundo dados da Pesquisa Mensal de Empregos do IBGE, o setor do funcionalismo (considerando aí as três esferas de governo) acumulou uma defasagem de

0,5% percentual no aumento real de salários em relação ao setor privado.

Para 2012, a proposta do governo Dilma é de reajuste zero para os trabalhadores da esfera do governo federal.

Tanto o corte quanto o ataque ao funcionalismo afetam diretamente as mulheres, primeiro porque são elas as que mais frequentemente realizam trabalho não-remunerado adicional para preencher as lacunas deixadas na prestação de serviços básicos pelo governo.

Além disso, como são maioria entre os funcionários públicos (56% segundo dados do IBGE), é evidente que todo ataque desferido a esse setor terá como consequência uma piora no nível de vida das trabalhadoras no geral.

Por outro lado, segundo informações do Portal G1, a Secretaria de Políticas para as Mulheres pode ter seu orçamento reduzido em 30%, passando

de R\$ 107,2 milhões em 2011 para 75 milhões este ano.

Redução de verbas e baixa execução orçamentária são os principais entraves para uma efetiva política de promoção à igualdade de gênero.

Segundo a organização CFemea, desde 2010, vem piorando a execução dos programas orçamentários que financiam o plano voltado ao enfrentamento da violência contra as mulheres.

Em 2011, do total de R\$ 37 milhões autorizados, até 1º de dezembro apenas R\$ 16,1 milhões (56,7% do total) haviam sido empenhados.

O resultado disso é literalmente sentido na pele pelas brasileiras. A cada dois minutos uma mulher é agredida, segundo dados do IBGE, e a cada dia 10 mulheres morrem vítimas do machismo.

A negligência do Estado, nesse quesito, não só é cruel, mas torna-se fatal.

O Tamanho da Tesoura



EXPEDIENTE

Coordenação Nacional do ILAESE: Cristiano Monteiro, Daniel Romero, Érika Andreassy, Luci Praun, Nando Poeta e Nazareno Go-deiro. **Contato:** Praça Padre Manuel da Nóbrega, 16 - 4º andar. Sé - São Paulo-SP. CEP: 01015-000 - (11) 7552-0659 - ilaese@ilaese.org.br - www.ilaese.org.br. CNPJ 05.844.658/0001-01. Atividade Principal 91.99-5-00. **Contra-corrente** é uma publicação quinzenal elaborada pelo ILAESE para os sindicatos, oposições sindicais e movimentos sociais. **Editor responsável:** Daniel Romero.

Auto-retrato

por Raíza Rocha



“Nada causa mais horror à ordem do que mulheres que lutam e sonham!”

José Martí

A participação das mulheres na Primavera Árabe